

# *Reprodução e Criação: o Con/lito no Currículo Indígena\**

**Nietta Lindenberg Monte**

Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC)

O comportamento expresso pelos grupos subordinados não pode ser reduzido a um estudo sobre dominação ou resistência [...] Há momentos de expressão cultural e criativa que são inspirados por uma lógica diferente, seja ela existencial, religiosa ou outra.

HENRY GIROUX

•Trabalho apresentado na 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em São Luiz-MA, no período de 9 a 14 de julho de 1998, na mesa-redonda "O ensino de línguas em áreas indígenas".

## Reprodução e criação

Neste trabalho, buscaremos refletir sobre a escola indígena e a formação dos professores índios como um processo tensionado de conflito lingüístico e intercultural. Interessa-nos, então, destacar como esses conflitos se manifestam e se constróem no currículo, na forma como têm sido expressos por professores índios, nas práticas de escrita dos *diários de classe*.

Os diários de classe vêm se caracterizando como o mais importante documento institucional produzido pelas escolas indígenas da Amazônia Ocidental, resultado do trabalho de um conjunto de professores participantes do projeto de educação da Comissão Pró-índio do Acre (CPI/AC). São escritos em português, durante ou após cada dia de aula, como parte das suas atividades docentes, para registro narrativo dos acontecimentos educativos, documentando para si próprios e para leitores variados a história da sua escola naquele ano letivo. Realizam esses professores, através da escrita cotidiana dos diários de classe, uma descrição e análise seqüenciada dos fatos vividos

nos processos educativos entendidos como escolares, aos quais atribuem sentido também pela escritura: "Antigamente eu não usava o diário de classe porque eu não sabia. Por isso eu perdi muitas e muitas coisas importantíssimas... Agora eu estou tentando de usar. Acho que significa contar a história da escola. Cada dia em dia". (Trecho do primeiro diário do professor Tene Kaxinawá, escrito em 1991).

Consideramos tais diários formas particulares de produção cultural, onde os professores dão sentido à sua prática educativa por meio de recursos narrativos variados, que eles tanto incorporam e adaptam como produzem e criam. Interessa-nos neste estudo examinar como determinadas tensões e conflitos se manifestam em âmbitos distintos no conjunto dos diários. Referimo-nos ao grau de diversidade e unidade, autonomia e controle, criação e reprodução desses materiais: desde seus aspectos de formato e de organização discursiva, enquanto documentos escolares escritos, até os propriamente educativos/curriculares: conteúdos, metodologias, processos de avaliação utilizados pelo profes-

sor em sala de aula e indicados no seu texto.

Como entendemos a tensão entre a diversidade e a unidade, a autonomia e o controle, a criação e a reprodução, enquanto constitutivos das práticas culturais construídas nos currículos escolares?

Ora, já na análise da forma material desses diários de classe, tivemos razão para descrever de qualquer idéia de uniformidade, resultante seja de um controle exercido de fora, institucionalmente, pelas agências que com eles interagem, como a Comissão Pró-índio do Acre, a Secretaria de Educação, a FUNAI, as prefeituras, seja de um controle exercido de dentro, que resultasse em uniformidades oriundas de padrões culturais da sua própria condição étnica. Uma variedade de formas de registro das aulas foram produzidas, utilizando-se recursos incomuns aos diários escolares escritos dentro do sistema educacional brasileiro: o desenho figurativo acompanhando a escrita do texto, gravações de algumas das aulas em fita cassete etc.

Desde 1983, alguns professores vêm, ainda que assistema-

ticamente, trazendo para Rio Branco seus documentos de classe, para serem discutidos nos cursos com os demais professores e serem posteriormente arquivados no setor de educação pela equipe da CPI/AC. O ano de 1991 foi o primeiro onde tal prática ganhou caráter mais generalizado e organizado, compondo um corpo de documentos ricos o suficiente para merecerem uma análise coletiva.

Também é fato que as inspetorias municipais de ensino, onde os professores indígenas vão eventualmente receber merenda e material escolar (vale dizer, que raramente com algum sucesso), vêm progressivamente solicitando a esses professores o preenchimento de certos documentos de caráter administrativo (fichas de matrícula, de frequência etc), com uma adequação gradual, mas crescente, às normas burocráticas do sistema. Apesar do trabalho educativo realizado pela assessoria, de discutir as conquistas recentes do movimento indígena, junto aos professores índios, à própria Secretaria de Educação e as Inspetorias de Ensino, tendo como base a Constituição e o

Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, ambos (professores índios e instituições de ensino) interagem de forma não previsível e não controlável: nem sempre costumam seguir os atuais preceitos constitucionais, que lhes garantem diferenças no currículo e formas particulares de inserção no sistema educacional.

Assim, muitos dos professores concebem como "importante" sua participação no sistema nacional de ensino, em condições de igualdade, portanto, sem receberem um tratamento diferenciado, entendido, nesta perspectiva, como sinônimo de discriminativo. E sua própria expectativa e seu esforço na apresentação dos diários de classe (em alguns casos, para as inspetorias de ensino, são entendidos como documentos mais administrativos) ganham, contraditoriamente, para eles, um sentido de emancipação e de resistência: ser um professor pago pela Secretaria de Educação e parte do sistema de ensino fundamental, estando fora dele. Ser índio e, ao mesmo tempo, cidadão brasileiro é uma das tensões e um dos dilemas permanentes, já manifestos nos textos,

onde autonomia e controle, criação e reprodução, diversidade e unidade se materializam.

A contradição entre a diversidade e a unidade também se explicita na condição variadamente étnica do que são, em sua marcação comum de "índios acreanos": são 14 etnias reunidas sob esta mesma noção, com diferenças de língua, cultura, grau de inserção na sociedade nacional e regional, nível de bilingüismo etc. Desta condição diferenciada derivam práticas curriculares distintas na seleção dos conteúdos, na sua forma de transmissão, na fluência e na correção dos textos dos diários, todos escritos, portanto, em língua portuguesa, dada sua função de "demonstração para fora", para um provável leitor não índio, de uma competência adquirida como docentes.

O aspecto tensionado desta condição revela-se, assim, no fato de serem todos os professores índios, a cujos diários me refiro, representantes diferenciados de diferentes grupos étnicos da região e, ao mesmo tempo, parte de um processo político e educativo comum, nascido simultaneamente nas diversas aldeias,

como resposta de resistência e oposição às agências de contato coloniais, missionárias e patronais. Além disso, a CPI/AC, agência principal de sua mediação educacional com o Estado, também exerce o papel exclusivo na formação e na assessoria pedagógica continuada e sistemática a esses professores. Destas duas condições contextuais, resulta a constituição contraditória desses diários: um certo grau de controle e uniformidade curricular coexiste, em tensão, com uma extrema heterogeneidade e criatividade, próprias à prática e à escrita individual dos diversos professores.

#### Pulsante tensão

Existe, pois, na própria constituição do currículo indígena analisado, uma contradição permanente entre, de um lado, o currículo oficial proposto pela Comissão Pró-índio do Acre nos cursos de formação dos professores, construído coletiva e permanentemente, com um alto grau de participação e aberto às modificações e contribuições trazidas a partir das aulas e práticas cotidianas dos pro-

fessores nas aldeias, e, de outro, os currículos de fato ou reais, construídos pelos diferentes professores em suas escolas, quando em interação com sua comunidade e sob a influência de contextos desiguais. Tal tensão moldará, enfim, esse objeto contraditório que é o currículo escolar indígena, conforme analisamos nos diários de classe.

Interessamo-nos, assim, buscar, na seqüência e seleção dos conteúdos, nas formas de sua transmissão, um certo efeito comum de planejamento curricular conjunto, de uma concepção pedagógica geral, construída nas ocasiões de interação educativa e intercultural — professores índios/não índios —, sobretudo durante suas atividades reflexivas nos diversos cursos de formação.

Esta unidade na diversidade é o que buscamos aqui perceber, sistematizar e revelar, a partir da análise das variadas práticas educativas cotidianas, conforme vêm sendo experimentadas e descritas nos diários de classe. E, pois, com base nas práticas que fundamentamos a proposta de compreensão dos currículos indígenas, emendi-

dos como uma especificação de idéias gerais, a serviço e a partir das práticas dos professores:

"As idéias de um currículo devem ser entendidas e não de sê-las em sua relação com a prática. A prática de um currículo deve ser submetida ao juízo crítico, à luz da compreensão das idéias [...] Deduz-se, daí, que um novo currículo tem que ser realizado na prática antes de ser definido. Algumas pessoas integradas no grupo, comumente constituído por especialistas em currículo e pelos professores, não de trabalhar unidas e em diálogo sobre problemas e tarefas definidos, até que comecem a desenvolver uma nova tradição que seja resposta a tais problemas e tarefas. Esta tradição há de se traduzir numa especificação que transmita a experiência captada pelos professores ao conjunto de seus colegas" (Stenhouse, 1987, p.96).

Buscamos perceber, ainda, os momentos das práticas curriculares, nas quais os professores agem sozinhos ou respondem às demandas particulares de seu grupo social e étnico, preenchendo os espaços vazios, as brechas ou falhas

de sua formação, de forma às vezes criativa, às vezes reprodutiva e controlada. A tensão entre unidade e diversidade, autonomia e controle, autoria e reprodução, na construção desses registros, varia, desde incompletas anotações de alguns conteúdos curriculares, como listas de sílabas estudadas ou "continhas" armadas, precariamente escritas em língua portuguesa, até aqueles documentos aqui selecionados para os estudos de caso, que se utilizam do relatório, ou diário de classe, dentro de um contexto abrangente e rico de práticas culturais cotidianas na aldeia, como a cooperativa, a saúde, a organização comunitária etc, revelando a escola indígena como parte da esfera social global.

Há ainda, alguns professores que registram não só os dias de aula, como os dias das faltas, suas e de seus alunos, anotando as atividades socioculturais que motivaram tais ausências: abertura de roçado, extração da seringa, festas tradicionais ou cívicas, caçadas e pescarias coletivas etc, denotando a dimensão holística do educacional e do escolar, na vida comunitária dos grupos indígenas.

E interessante, também, perceber, no conjunto dos diários escritos, a repetição de certas práticas curriculares, recorrentes do início ao fim do registro no caderno, por parte de alguns professores, como o ensino de música, "contas" com as quatro operações aritméticas, geografia da aldeia e do Acre, teatro com as histórias de antigamente, brincadeiras diversas, desenhos etc, ao mesmo tempo que se percebe a flexibilidade e a variedade da seleção e da ordenação em seqüência de conteúdos e de seu tratamento didático, tanto entre diferentes professores quanto no interior do currículo desenvolvido por alguns.

Consideramos, também, na categoria de "documentos de classe", embora diferenciados dos diários, em sua natureza e função, alguns materiais variados, produzidos pelos alunos com ou sem os professores, escritos nas línguas indígenas da região ou em português. Assim, entre os documentos produzidos e entregues no final do ano à CPI/AC, para publicação posterior pela minigráfica do setor da educa-

ção, existem cartilhas ou livros, manuscritos e ilustrados em cores nas páginas de cadernos, geralmente produzidos sob a coordenação do professor com a participação dos alunos; também são entregues "provas" preparadas uma a uma, a mão, pelo professor, e respondidas pelos alunos, geralmente contendo os conteúdos curriculares considerados principais naquele período. São também produzidas e entregues como documentos da escola outras formas de avaliação, trabalhos de escritas e desenhos dos alunos sobre sua vida na aldeia e pequenos relatórios sobre as atividades daquele ano na escola. Todos estes materiais são produto da ação curricular e expressam a criação pedagógica e cultural de novos instrumentos de ensino e aprendizagem para a escola indígena; foram entendidos, junto com os diários, como parte dos "documentos de classe", representações do cotidiano escolar e, principalmente, do conflito lingüístico e sua manifestação no currículo, que ganha sentido nas escritas dos professores e dos alunos sobre e para a escola.

## Referencias bibliográficas

GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986. 336p.

MONTE, Nietta. *A construção de currículos indígenas nos diá-*

*rios de classe, o caso dos Kaxinawá do Acre*. Niterói, 1994. 176p. Dissertação (Mestrado em Educação) — UFF.

STENHOUSE, Lawrence. *La investigación como base de la enseñanza*. Madrid: Morata, 1987.